

AO ILUSTRÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO – SESC – DEPARTAMENTO REGIONAL MINAS GERAIS.

Pregão Eletrônico SESC em Minas nº 000075-24

ILHA SERVICE TECNOLOGIA E SERVIÇOS LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 85.240.869/0001-66, com sede estabelecida na Rua Sete de Setembro, nº 16, bairro Kobrasol, na cidade de São José/SC, CEP: 88.102-030, vem respeitosamente, por seu representante legal, apresentar **IMPUGNAÇÃO AO EDITAL DE LICITAÇÃO** referente ao Pregão Eletrônico SESC em Minas nº 000075-24, conforme razões a seguir exposta.

1. DOS FUNDAMENTOS FÁTICOS

Trata-se de Pregão Eletrônico nº 000075-24, certame a ser realizado pelo SESC em Minas, com o objetivo de *“contratação de empresa especializada em serviços de suporte de nível 3 (N3) e nível 4 (N4) em TI, com foco em redes e servidores, para fornecer suporte técnico de alta qualidade, resolução de problemas avançados, manutenção proativa e assistência em projetos de infraestrutura de tecnologia da informação”*, conforme especificações estabelecidas no respectivo Edital de Licitação e seus Anexos.

Após minuciosa análise do Edital, constatou-se a seguinte exigência constante em seu Termo de Referência como condições pré-contratuais a serem atendidas pelas empresas licitantes:

15.1 Deverá ser apresentado junto com a proposta comercial ajustada pelo licitante vencedor, certificação ITIL Foundation do profissional da CONTRATADA comprovando o conhecimento na(s) ferramenta(s) de monitoramento escolhida(s).

15.2 Comprovar conhecimento nos softwares pertinentes e compatíveis com o objeto da licitação, com Certificações em nome do (s) profissional (is) que irão prestar os serviços. Solicitamos, portanto, que os profissionais indicados apresentem certificações reconhecidas nos seguintes domínios:

15.2.1 Pelo fabricante VMware de Sistemas Convergentes e Hiperconvergentes;

15.2.2 Soluções de Armazenamento – Storage Híbrido;

15.2.3 Soluções de Backup;

15.2.4 Soluções de Rede – Network;

15.2.5 Soluções de Network Security – Firewall.

15.2.6 Soluções de Virtualização VMWARE – Datacenter Virtualization;

15.2.7 Microsoft;

15.2.8 Linux;

Verifica-se que a Entidade Licitante exigirá aos participantes do futuro certame a apresentação, JUNTAMENTE COM A PROPOSTA COMERCIAL, de certificação específica, além de inúmeras certificações EM NOME DOS PROFISSIONAIS que irão prestar os serviços licitados, requisitos estes injustificados que apenas configuram-se como verdadeira afronta ao princípio da competitividade, passível de comprometer a validade do certame caso não sanada previamente a sua realização.

Nesta senda, com o objetivo de evitar a posterior declaração de nulidade, se faz necessário o oferecimento da presente impugnação no intuito de ver corrigidos e/ou suprimidos critérios excessivamente restritivos que extrapolam normas regulamentares aplicáveis à espécie.

2. DOS FUNDAMENTOS JURÍDICOS

Notoriamente as exigências contidas nos itens 15.1. e 15.2. do referido instrumento convocatório violam regras licitatórias intransponíveis, de modo a justificar a sua alteração, uma vez que exigir a apresentação juntamente com a respectiva proposta de certificações diversas, inclusive em nome dos profissionais que serão designados para execução das atividades a serem contratadas não encontra razão para serem mantidas tal qual atualmente exigido, restringindo em demasia a competitividade no certame em epígrafe.

A Constituição Federal é taxativa acerca da excepcionalidade à Administração Pública em exigir em processos licitatórios qualificações apenas e tão somente quando INDISPENSÁVEIS à garantia da prestação dos serviços licitados:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

(...)

*XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual **SOMENTE permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica INDISPENSÁVEIS à garantia do cumprimento das obrigações.***

Ao exigir-se a apresentação das certificações dos profissionais que prestaram os serviços juntamente com as propostas, inevitavelmente haverá restrição infundada no caso concreto, comprometendo o caráter competitivo da Licitação, uma vez que, em se tratando a presente contratação de mera expectativa de demanda futura, injustificável que ao tempo da apresentação de suas propostas a empresa licitante já tenha o profissional a ser designado em seu quadro, porquanto impossível assegurar que será a empresa contratada após o certame, incorrendo no risco de ter profissionais em ócio, ou seja, sem qualquer demanda.

Não é razoável exigir das licitantes que pretendam concorrer no certame em epígrafe que contratem, previamente ao resultado da presente licitação, profissionais apenas e tão somente para fins de atender exigência editalícia infundada e totalmente dispensável, porquanto à nenhuma atividade empresarial deveria ser esperado que mantenha custos injustificados, colocando em risco a saúde financeira da empresa.

Certo, do absurdo que reveste o cenário apresentado, considerando que pouquíssimas empresa poderiam arcar com os custos de manter profissionais ociosos até homologação e assinatura do contrato objeto do certame, não é difícil identificar o impacto de tal condicionante à competitividade da presente Licitação, que certamente não terá tantas propostas quanto possíveis para obter a proposta mais vantajosa, um dos principais objetivos do processo licitatório, de acordo com o que dispõe o Regulamento de Licitações e Contratos do Sesc e do Senac:

Art. 2.º O presente Regulamento deve ser interpretado de acordo com as premissas afetas à natureza jurídica privada dos serviços sociais autônomos, em especial:

I - seleção da proposta mais vantajosa e garantia da transparência, da isonomia, da ética, da integridade, da legitimidade, da eficiência, da celeridade e da objetividade da aplicação dos recursos, práticas de controle e de colaboração, bem como o alcance de suas finalidades institucionais;

II - estímulo, sempre que possível, da inovação e da sustentabilidade ambiental, econômica e social.

Veja-se que não há qualquer fundamento ou justificativa à escolha invariável de critério tão restritivo exigido atualmente pelo Edital, sendo certo que não há nenhum prejuízo à entidade licitante exigir qualificação técnica dos profissionais da contratada apenas por ocasião da execução dos serviços, relevando-se, neste sentido, uma obrigação contratual da Licitante vencedora comprovar o atendimento pelos seus funcionários de tais qualificações sob pena de incorrer em descumprimento das cláusulas contratuais e ficando suscetível às penalidades previstas no referido instrumento contratual.

Entretanto, de outra forma, manter-se a exigência de comprovação de qualificação técnica de funcionários a serem contratados apenas diminuirá as chances da entidade licitante acessar propostas mais vantajosas, sendo inevitável que uma empresa que mantenha em seu quadro funcionários ociosos, fatalmente apresentará propostas mais elevadas, porquanto seus custos serão sempre superiores em comparação a uma empresa que não adote tal política, procedendo com contratações apenas quando da existência de demanda real e não mera expectativa como apontado.

Exatamente por tais razões que é prática comum e recomendada que a comprovação de qualificações e certificações dos profissionais que irão atender a Contratante seja exigida após a assinatura do contrato. Inconcebível que a empresa realize tais contratações quando sequer saiba se de fato terá tal demanda para repassar aos profissionais, sendo a prática do ócio em contratos de trabalho absolutamente reprovável sob todas as perspectivas.

A manutenção dos itens 15.1. e 15.2. do Edital tal qual impugnado, revela-se na verdade um privilégio a contemplar reduzido, senão ínfimo, número de licitantes, violando inciso XXI, do artigo 37, da Constituição Federal, dispositivo constitucional que assegura igualdade de condições a todos os concorrentes, permitindo exigências de qualificação técnica e econômica apenas quando indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

Revela-se tal especificidade exigência na verdade dispensável e consequentemente abusiva, conforme as presentes razões, por consequência se amolda à condição restritiva à competitividade e suprimindo a possibilidade do ente interessado em acessar propostas mais vantajosas, afrontando o escopo principal da Licitação.

Pacificado entendimento de que o Edital não deverá conter exigência que comprometa ou restrinja o caráter competitivo do certame, constituindo violação ao princípio da igualdade dos licitantes, qualquer direcionamento contrário.

O ente licitante não pode fazer exigências que frustrem o caráter competitivo do certame, mas sim garantir a ampla participação na disputa licitatória, possibilitando que compareça o maior número possível de interessados, possibilitando que a proposta mais vantajosa seja encontrada em um universo mais amplo.

Assim, entende-se que para afastar a violação constatada se faz necessária alteração do instrumento convocatório, de modo que a exigência de apresentação das certificações dos profissionais que atuarão na execução dos serviços ora licitados, seja solicitada somente após a assinatura do contrato, com um prazo razoável para que a empresa vencedora possa providenciar a documentação necessária.

Ou, alternativamente, que tal exigência possa ser considerada atendida mediante a apresentação das respectivas certificações dos profissionais que integram ao tempo da apresentação das propostas o quadro de funcionários da empresa, ainda que não sejam os mesmos a serem destinados ao atendimento da entidade licitante, desde que assegura que os funcionários que irão realizar tal atendimento também atendam tais requisitos.

3. DOS PEDIDOS

Por todo o exposto, requer que seja retificado o Edital referente ao Pregão Eletrônico SESC em Minas nº 000075-24, para alterar os itens 15.1. e 15.2. do seu Termo de Referência, de modo que a apresentação das certificações dos profissionais que atuarão na execução dos serviços ora licitados, seja solicitada somente após a assinatura do contrato, em prazo razoável para que a

empresa vencedora possa providenciar a documentação necessária, ou, que as empresas licitantes possam apresentar as respectivas certificações dos profissionais atualmente em atividade, ainda que outros sejam designados ao atendimento da entidade licitante, desde que também possuam tais certificações, sob pena de perpetração de violação aos princípios da competitividade e da razoabilidade, tudo conforme razões alhures.

Nestes termos,

Pede deferimento.

São José/SC, 30 de agosto de 2024.



ILHA SERVICE TECNOLOGIA E SERVIÇOS LTDA.
CNPJ nº 85.240.869/0001-66